

Brasil

Na economia o pior já passou, diz o governo

Claudia Safatle



Para os economistas do governo, as projeções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial para o nível de atividade do país este ano estão simplesmente "erradas". O FMI divulgou, na revisão do World Economic Outlook, uma queda de 9,1% do PIB e o Bird calculou em 8% a recessão no Brasil. Os técnicos do FMI consideraram uma retração de 0,6% no Produto Interno Bruto (PIB) para cada semana de isolamento social, mais que o dobro do estimado pelo Ministério da Economia (-0,27%) e por um período maior do que o preconizado pelos economistas locais.

Nas contas do Fundo Monetário, depois do tombado levado pela atividade econômica doméstica, que atingiu o fundo do poço em abril, não haveria praticamente nenhuma recuperação, segundo o relato de assessores da área econômica que estiveram com os emissários do Fundo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, qualificou os prognósticos do FMI de "chute".

A secretária de Política Econômica (SPE) do ministério continua apostando em uma recessão próxima a 4,7%. No Banco Central, a última revisão do Produto Interno Bruto (PIB) aponta para um desempenho por queda de 6,4% este ano. Ambos, contudo, convergem no mesmo número: a previsão já passou e buscam nos dados de alta frequência as informações que sustentam a avaliação de que a economia já começou a reagir.

Para os economistas oficiais, as projeções do FMI estão erradas

"Em relação a que se esperava em abril, que eram dados muito ruins, eles estão vindo só ruins", pontuou um dos secretários do ministério, para deixar claro que apesar de alguma perspectiva melhor não há razão para grandes comemorações. Isso é o que estariam mostrando as informações sobre emissão de nota fiscal e vendas no cartão, dentre outras.

Os demais indicadores que chamam a atenção dos técnicos da área econômica e que apontam para o início de um processo de retomada da atividade, embora esta ainda esteja bem abaixo do período pré-pandemia, são:

- Consumo de energia elétrica: após recuar 16%, em meados de abril confrontado com igual período do ano passado, o consumo de energia aumentou nas últimas semanas, segundo informações do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). Dados do fim de junho indicam que o consumo se encontra apenas 5% abaixo de igual período de 2019. "O dado é volátil, e apresenta heterogeneidade regional, mas

a tendência é robusta; há uma melhora consistente nesse indicador nas últimas semanas", atestam os economistas oficiais.

- Faturamento do varejo (ICVA-Índice Cielo do Varejo Ampliado): o faturamento nominal do varejo teve queda de mais de 50% no fim de março, quando começou o isolamento social. É possível notar, porém, uma recuperação nas últimas semanas. Na última semana de junho consta-se um recuo de 2,6% em relação ao período comparável antes da pandemia. "Há diferenças setoriais importantes, mas os dados sugerem recuperação consistente em diversos setores", asseguram os técnicos.
- Dados de mobilidade do Google: o Google elaborou um relatório para identificar os impactos que a pandemia da covid-19 causou no distanciamento social e nas tendências de mobilidade. A partir de maio, o valor médio das cinco semanas entre o dia 3 de janeiro e 6 de fevereiro de 2020 (pré-pandemia). Os últimos dados disponíveis são do dia 27 de junho e apontam uma melhora expressiva na mobilidade para locais de trabalho e mercearia e farmácia. "Já os dados de varejo e recreação são mais heterogêneos por região e encontram-se em patamares ainda baixos", ponderam.

A SPE elaborou um indicador próprio que sintetiza os dados do Google e revela que após recuar aproximadamente 55% em abril, o indicador encontra-se atualmente próximo de 30% negativos.

- Confiança empresarial: depois de passar por uma queda de mais de 40% entre março e abril, a confiança voltou a subir, informa a Fundação Ciepri e Confiança (FGV). Os meses de maio e junho mostraram avanço de 8,2% e 19,1% na margem, respectivamente, com ajuste sazonal.
- Incerteza econômica: o indicador da FGV começou a recuar na margem em maio (-9,6%) e junho (-8,8%), depois de acumular uma alta de 83% no período entre o início da pandemia e abril. Mesmo com as quedas, a incerteza continua elevada.

A ampliação, por mais dois meses, do auxílio emergencial para os trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais (MEI) e o impacto dessa ajuda na expansão da massa salarial, assim como o aumento da oferta de crédito para as médias, pequenas e microempresas, devem ajudar na retomada da atividade.

O auxílio deve ser pago em três parcelas de R\$ 500, R\$ 400 e R\$ 300 e vai disputar o peso dessa renda no PIB com o risco fiscal que o gasto com esses pagamentos traz embutido.

Entre os economistas oficiais não há grandes esperanças de que os bancos em geral vão se engajar, efetivamente, em conceder crédito para o universo de micro e pequenas empresas — cujo risco de falência aumentou muito nesta crise — apesar das garantias asseguradas pelo Tesouro Nacional. Até agora, apenas a Caixa, por ser um banco 100% estatal, está operando com a linha do Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Do ponto de vista do comportamento do PIB é melhor um abate e fecha do consumo de bens e serviços, pautado pela evolução da doença, do que manter um estrito isolamento social em que funcionam somente supermercados e farmácias.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras. E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

Projeto-piloto vai remunerar 50 mil produtores por serviços ambientais

Rafael Waldenroff e Fernando Exman
De Brasília

O governo federal criou ontem o programa de pagamento por serviços ambientais Floresta+, um dos principais pilares do novo plano nacional de combate ao desmatamento ilegal. A ferramenta vai injetar R\$ 500 milhões do Fundo Verde do Clima em um projeto piloto que já começa a rodar na Amazônia e deverá remunerar em potencialmente 50 mil produtores rurais.

O programa é criado em meio ao esforço do governo para reduzir o desmatamento e, com isso, evitar novos danos à imagem do Brasil. Ele é oficializado agora por meio de uma portaria, ao qual o **Valor** teve acesso, que regulamenta um artigo do Código Florestal estabelecido em 2012.

A ideia do governo é fomentar investimentos na conservação e na recuperação de vegetação nativa, com potencial de alcançar 560 milhões de hectares em todos os biomas brasileiros. O programa pode ser implementado em qualquer território: unidade de conservação, terra indígena ou propriedade privada.

"Aquele frase de que a floresta vale mais em pé do que devastada nós concordamos, evidentemente. Mas ela tem que chegar no bolso das pessoas. As pessoas têm que sentir esse fato. A floresta tem que valer realmente mais em pé do que devastada", afirmou o ministro Ricardo Salles ao **Valor**.

O projeto piloto vai ser implantado nos nove Estados da Amazônia Legal e vai atender 40 mil pequenos produtores — com até quatro módulos fiscais — que têm excedentes de reserva legal. A lei obriga a manter 80% da floresta em pé. Atenderá também 10 mil agricultores para recuperação da vegetação. Do total dos R\$ 500 milhões, serão mais de R\$ 320 milhões do Fundo Verde do Clima repassados a eles.

Nos cálculos da pasta, os produtores deverão receber cerca de R\$ 200 por hectare preservado, valor baseado no custo de oportunidade de outras atividades produtivas que poderiam ser desempenhadas naquela área, mas que levariam à degradação da floresta. Outros R\$ 65 milhões vão para comunidades indígenas e povos tradicionais, além de projetos de inovação na região. O restante será aplicado para desenvolver a política nacional de redução de emissão de carbono proveniente de desma-

tamento e degradação florestal, além de custear a gestão.

"É o maior programa do mundo nessa área", afirma o secretário de Florestas e Desenvolvimento Sustentável da pasta, Joaquim Leite, referindo-se ao programa estar relacionado a áreas nativas. Segundo ele, deve-se olhar para quem cuida floresta, e não só para as árvores.

Para Salles, a agenda de pagamento por serviços ambientais é muito próxima à da bioeconomia, por meio da qual se cria oportunidade de emprego e renda. "Não é fácil de fazer. Tanto que muita gente que passou por aqui fala da bioeconomia, mas a bioeconomia não aconteceu."

O Floresta+ quer remunerar atividades que gerem benefícios ambientais observados pelo mercado, desde a preservação da mata por produtores ou empresas, até o monitoramento, a pesquisa e o extrativismo feito no meio da floresta. "O Brasil é a Arábia Saudita do mercado de créditos de carbono por florestas nativas", cita Leite, que é coordenador da Comissão de Preservação do Conselho da Amazônia.

A expectativa do MMA é realizar os pagamentos do projeto piloto a partir de 2021 e depois disseminá-los ao resto do país. Até lá, estará em

Países da Amazônia perdem 10% da mata em 34 anos, aponta estudo

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Os nove países amazônicos perderam 10% da cobertura florestal em 34 anos. De 1985 a 2018 foram 72,4 milhões de hectares, sendo 69 milhões de hectares de florestas derrubadas na região conhecida por Pan-Amazônia. Isso equivale à área somada dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O tamanho da cobertura vegetal perdida no período nos nove países, somando vegetações naturais que não são bosques, corresponde ao território do Chile.

O mapeamento das perdas leva em conta o bioma, a região administrativa e as áreas de cabeceiras dos rios. Foram modificados 72,4 milhões de hectares de cobertura vegetal natural dos Andes à planície amazônica, chegando às áreas de transição como Cerrado e Pantanal.

As mudanças no uso da terra acontereceu, houve um crescimento de 172% na área ocupada pela agricultura e pecuária.

Os dados fazem parte da "Cobertura e Uso do Solo da Floresta Amazônica", plataforma com mapas e estatísticas da região lançada ontem. Trata-se de uma iniciativa de pesquisadores dos nove países que fazem parte da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG) junto à equipe dos analistas do MapBiomas.

O Brasil foi, de longe, o país que mais perdeu cobertura vegetal no período. A modificação no uso da terra afetou mais de 62 milhões de hectares. Em seguida veio a Bolívia (com 3,6 milhões de hectares), e o Peru (1,5 milhão de hectares), e a Colômbia (1,4 milhão).

O Suriname e a Guiana não perderam floresta. Ao contrário, somaram cobertura vegetal no período, explica o engenheiro florestal Tasso Azevedo, coordenador geral do MapBiomas, uma iniciativa de várias instituições e que inclui universidades, ONGs e empresas de tecnologia.

Imagens analisadas do satélite Landsat têm resolução de 30 metros. Isso significa que é possível identificar a dinâmica do uso da terra dentro de uma unidade de conservação ou terra indígena, por exemplo.

O mapeamento mostra com clareza o quanto as terras indígenas são importantes para a preservação da floresta e da biodiversidade. As terras indígenas em toda a região perderam 3% do total no período e as unidades de conservação, 4%. As grandes mudanças no uso do solo ocorreram fora destas áreas de preservação.

O mapeamento observou as mudanças que atingiram as florestas, os campos naturais, os manguezais, a vegetação nas proximidades dos rios. A região que ainda registra 84% do território coberto por florestas.

Na Pan-Amazônia, área de 8,47 milhões de quilômetros quadrados, vivem 4,7 milhões de pessoas.

Ao ano, segundo os mapas e análises lançados ontem, foram perdidos dois milhões de hectares ao ano de florestas. Em formações naturais não-florestais, as perdas foram muito menos dramáticas — 3,2 milhões de hec-



tares entre 1985 e 2018. A iniciativa contou com o apoio da equipe técnica do MapBiomas Brasil. A iniciativa, conta Azevedo, surgiu em 2015. "Criamos um projeto para monitorar a cobertura vegetal e o uso da terra no país", diz Azevedo. "Queríamos entender as transformações que ocorrem depois do desmatamento. Quanto daquilo vira pasto? Quanto regenera?".

A plataforma lançada ontem é o segundo capítulo de um esforço iniciado em 2019. Na ocasião, o mapeamento teve menor alcance. Analisava dados da região entre os anos 2000 e 2017. O estudo mostra os principais vetores que exercem pressão sobre as florestas, como as estradas, a mineração, a exploração de petróleo e as hidrelétricas.

A iniciativa representa um avanço para que seja possível "construir e fomentar uma visão integral da Amazônia considerando os aspectos políticos de uma região compartilhada entre vários países, assim como aspectos socioambientais de grande importância", diz o antropólogo Beto Ricardo, coordenador da RAISG e co-fundador do Instituto Socioambiental, o ISA.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

- | | | | | | |
|------------------------------|------------------------------|----------------------------|----------------------------------|-------------------------------|------------------------------|
| 99 B1 | Banco do Brasil A7 | Embraer B1 | Ibope A3 | Netflix B6, B7 | Suzano C2 |
| Abertis B6 | Banco do Nordeste B10 | Equirus B5 | IF - Inovação e Futuro B3 | Netshoes B1 | Tencent B1, C3 |
| Agribiot B10 | Banco Máxima C6 | Even B2 | iFood B1 | Niro B10 | Toyota B4 |
| Algar Telecom B6 | Banco Original G6 | Execucion B2 | Inipe A4 | O B6 | TravelSupermarket A14 |
| Altaba C3 | Banco Safra C1 | ETEC B2 | Indústria Locomotiva B3 | PagueSeguro C6 | TUI A14 |
| Alphabet B7 | Banco Votorc C1 | Facebook B1, B6, B7 | Kinto B4 | Petróbras B5, C2 | TUI A14 |
| Amazon B1, B7 | Bank of America C2 | Faro Capital B10 | LGA Consultores A6 | Petr B3 | Tullet Prebnon A6 |
| Americanas B3 | Bio-Manguinhos B4 | Fiorini B4 | Lapis B2 | Ping An C3 | Twitter B1, B7 |
| Apple B1 | Bolembank B1 | Frost B1 | Maersk B10 | Rappi B3 | Wang B4, C2 |
| Astronova B4 | Brasil Brokers B2 | Fundapar B3 | Magazine Luiza B1, C2 | Red Elétrica de | Wells Fargo B3 |
| Atos B6 | Brasil Airways A1 | Globosat B3 | Marfrig C2 | España B6 | Vale B1, C2 |
| Atos Investimentos C2 | Caixa B6 | Google B1, B3 | Milena B5 | Ryanair A14 | Vitacost B1 |
| Atos Consultoria B6 | Caixa AZ, C1, C3 | Go2i B6 | Mercado Livre B1 | Santander C2 | Vivo B1, C2 |
| B2W B1, C2 | Cielo B1, C6 | Go2i B6 | Microsoft B1 | Singul C6 | Wilton B2 |
| B2W Digital B1 | Cyrex B2 | Grupo B10 B1 | Mitro Realty B2 | Softbank B3 | Yoriti B3 |
| BCB C6 | Docler B1 | Hispamar B6 | Milto B4 | Specialist Leisure A14 | Yoritarian B10 |
| Banco C3 | Empati A14 | Hoasud B6 | Módulos C2 | Stone C6 | XP C3 |
| Banca da China C3 | EasyTV B6 | HSBC A11 | MSCI C3 | Supervia B4 | XP Investimentos A6 |